

**XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO**  
**I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO**  
**CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS**

**NOVAS DEFINIÇÕES ENTRE O PÚBLICO E PRIVADO:  
CONSEQUÊNCIAS PARA A EDUCAÇÃO PÚBLICA**

Jane Eire Rigoldi dos Santos – UEM –  
[janerigoldi@hotmail.com](mailto:janerigoldi@hotmail.com);  
Danielle Capelasso Soares de Souza – UEM -  
[daniellecapelasso@gmail.com](mailto:daniellecapelasso@gmail.com);  
Juliana Piovesan Vieira- UEM-  
[jupiovesan84@gmail.com](mailto:jupiovesan84@gmail.com);  
Kethlen Leite de Moura – UEM –  
[klmoura@gmail.com](mailto:klmoura@gmail.com)

**Eixo 8: Educação e Política**

**Resumo**

Este trabalho tem como objetivo apresentar reflexões relacionadas ao amplo movimento de reformas desenhando novas fronteiras entre os setores público e privado. Neste processo histórico entendemos que novos sujeitos, denominados Terceiro Setor, têm atuado no campo educativo e captado um número exorbitante de recursos públicos. Pautamo-nos em diversos documentos, dados e estudos de vertente histórico-dialética, para orientar nossas análises. Amparados pelo arcabouço teórico metodológico do materialismo-histórico, entendemos que o interesse privado no fundo público está relacionado à apropriação privada da riqueza social. A educação, desta maneira, sofre as consequências de ser concebida como uma mercadoria, marcada por relações de poder. Neste movimento, o direcionamento da política educacional tem sido cada vez mais realizado por grupos, organizações sociais, fundações e institutos que têm se definido como a nova sociedade civil, atuando no interior do Estado, influenciando negócios educacionais e realizando o processo de produção e implementação das políticas educacionais. Desta forma, consideramos que tem se desenhado uma dinâmica política de público não estatal, que coloca em risco a educação enquanto direito público, relacionado à perspectiva de justiça social. Ao realizar este processo, estas organizações imprimem um modelo formativo no interior das escolas que mais se adequam aos objetivos de manutenção da sociedade capitalista.

**Palavras-chave:** Educação; Mercadoria; Público-Privado; Política.

**Introdução**

A educação pública brasileira vive um intenso processo de reformas desde o início dos anos 1990. As políticas de reforma educacionais delimitaram uma narrativa que “[...] tem marcado as recentes alterações na organização do Estado e de sua administração e que, nesse caso, se polarizou

**XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO**  
**I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO**  
**CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS**

[...]” (BARROSO, 2013, p. 48), em dois movimentos: o primeiro movimento compreendia que as reformas educacionais permitiria que as escolas conquistassem autonomia e conseguiriam preservar suas características de educação pública; já o segundo movimento considerava que o processo reformista promoveria na educação pública a “liberdade de escolha” (de projeto e da busca de resultados), fator que contribuiria “[...] para a criação de um quase mercado educativo que abrange, em idênticas condições de provisão e de financiamento, a escola pública e a escola privada” (BARROSO, 2013, p. 48).

Nessa conjuntura, os setores privados têm participado dos debates sobre diretrizes, constituição de leis e orçamentos destinados à educação, de maneira intensa. Os grupos privatistas objetivam o poder não apenas sobre o que é ensinado, mas, sobretudo, almejam lucro, logo, a educação é entendida como um mercado em exponencial crescimento. Neste cenário, novas formas de administração pública estão sendo desenhadas, e o Estado ao participar dessa redefinição da gestão pública redesenha sua atuação e intervenção nas políticas sociais, abrindo caminho para novos atores assumirem sua responsabilidade, como: empresas, Organizações Não-Governamentais (ONG), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), Organizações Sociais (OS) de diversas matizes e a comunidade na forma de participação voluntária. E isso ocorre mediante “[...] parcerias, tais setores atuam na manutenção, na administração e no próprio funcionamento pedagógico das escolas e das redes de ensino pública” (CARVALHO, 2017, p. 537).

Convém sublinhar que o debate sobre o público e o privado é essencialmente político, e não relaciona-se às questões técnicas de organização e gestão da escola, pois a limítrofe entre as parcerias público-privadas são parte da recomposição do papel do Estado, decorrente da profunda crise do capital. De acordo com Brenner (2008), Harvey (2005) e Mézáros (2002) as redefinições no papel do Estado frente as parcerias público-privadas decorre de estratégias do capital para “[...] tentar minimizar a queda da taxa de lucros” (PERONI, 2013, p. 10). As estratégias de reestruturação produtiva, globalização e Terceira Via visam redefinir o papel do

**XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO**  
**I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO**  
**CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS**

Estado e as fronteiras do público-privado “[...] tanto na alteração da propriedade como em relação ao que permanece na propriedade estatal, mas passa a ter a lógica de Mercado, reorganizando os processos educacionais” (PERONI, 2013, p. 10).

Assim, a disputa insere-se sobre a redefinição do papel do Estado na gestão dos recursos públicos e na promoção de políticas sociais, e nas suas formas de governança. De acordo com Barroso (2013) e Peroni (2013), a recomposição do papel do Estado tem diversos sentidos, como a forma mais extrema de privatizar os serviços públicos ou criar os *quase-mercados* educativos, com a intencionalidade de mitigar a educação pública.

Nesse contexto, é preciso debater sobre as redefinições do papel do Estado, para compreendermos a atuação dos setores privados na esfera pública, ao realizarmos este processo teremos as chaves para o entendimento deste, que tem sido denominado como um ataque às fronteiras público. Assim, objetivamos demonstrar a influência do privado no interior do público, lembrando que o Estado e poder econômico não agem de maneira independente, expressam poderes que estão em relação, agem de forma conjunta (PERONI, 2012).

Nosso objetivo, é demonstrar como instituições privadas, por exemplo, o IAS vem influenciando a política educacional brasileira, deixando suas prescrições, orientações, determinando “conteúdos” e fazendo negócios no interior da esfera pública.

## **Metodologia**

A metodologia desta pesquisa tem por finalidade analisar a historicidade das novas definições entre o público e o privado e as consequências para a educação pública brasileira. Optou-se por referenciais teóricos de cunho histórico-dialético, a fim de entender as relações entre o universal e o singular. A metodologia desta pesquisa analisou fontes constituídas historicamente, resultantes de novas orientações ocorridas no campo empresarial para a esfera pública. De acordo com Gil (2002) a pesquisa documental e bibliográfica permite investigar uma gama de fenômenos educacionais, pois esta é indispensável nos estudos históricos.

**XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO**  
**I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO**  
**CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS**

Conforme Gil (2002, p. 46) “[...] há de se considerar que os documentos constituem fonte rica e estável de dados. Como os documentos subsistem ao longo do tempo, tornam-se a mais importante fonte de dados em qualquer pesquisa de natureza histórica”. Portanto, podemos considerar a pesquisa apresentada como documental de cunho bibliográfico, baseando-se no objetivo geral e no delineamento adotado. A pesquisa assumiu caráter exploratório em conformidade com o objetivo geral, aprimorando ideais e proporcionando maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito (GIL, 2002).

Para compreendermos o processo de recomposição do papel do Estado e o protagonismo empresarial nas relações entre o público e o privado das políticas educativas, as fontes analisadas foram: o Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (BRASIL, 1995); Lei n.º 11079/2004 que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública (BRASIL, 2004); Programa Gestão Nota 10 (IAS, 2014).

Os fenômenos educacionais, portanto, não podem ser estudados de forma fragmentada. Lüdke e André (1986, p. 3) apresentam que “[...] em educação as coisas acontecem de maneira tão inextrincável que fica difícil isolar as variáveis envolvidas e mais ainda apontar claramente quais são as responsáveis por determinado efeito”. Gouveia (1984) relata que a análise documental identifica informações nos documentos partindo de questões ou hipóteses de interesse, pois a utilização de documentos de pesquisa constitui de fonte estável e rica mesmo que ao longo do tempo, podendo ser consultados e servirem de base para o estudo dando estabilidade aos resultados obtidos.

Os documentos são, conseqüentemente, fontes de análises que ajudam na articulação de fundamentações sugeridas pelo pesquisador. Lüdke e André (1986, p. 39) explicitam que os documentos “[...] são fontes naturais de informação. Não apenas uma fonte de informação contextualizada, mas surgem num determinado contexto e fornecem informações sobre esse mesmo context”. Considerar documentos como fontes foi uma estratégia metodológica, um instrumento que ajudou na avaliação das políticas

**XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO**  
**I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO**  
**CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS**

educacionais num encadeamento sociopolítico, permitindo “[...] tomar em consideração o contexto sócio-político-econômico no qual a política setorial é formulada e implementada; possibilita ainda, contemplar suas características, necessidades e expectativas” (BELLONI; MAGALHÃES; SOUZA, 2001, p.55).

O trabalho com documentos oriundos do aparelho do Estado, empresas privadas, ONGs, OSCIPs e OSs “[...] expressam não apenas diretrizes para a educação, mas articulam interesses, projetam políticas, produzem intervenções sociais” (EVANGELISTA, s/d, p. 02). Entre as premissas apresentadas a análise de documentos desvela-se como “[...] arena de conflito social” (MCNALLY, 1999, p. 37), em que é possível identificar as marcas dos posicionamentos oficiais, sociais, econômicos e culturais que estão em disputa. Assim, compreendemos que para trabalhar com documentos é necessário compreender o movimento real da história, articulando as análises ao processo histórico que o engendra.

### **Resultados e Discussão**

Os resultados dessa pesquisa demonstram que o Brasil, a partir de 1990 sofreu um intenso processo de reformas, este momento foi de intensas renovações na administração pública com indicações de transferir responsabilidades do Estado para a esfera privada como, por exemplo, obras de infraestrutura, bens e serviços. Já as políticas sociais poderiam ser transferidas para o público não estatal (BRASIL, 1995), para as fundações, Organizações Não Governamentais (ONG), entre outras.

O IAS<sup>1</sup>, por exemplo, segue esta tendência política, faz parte da rede de cátedras da UNESCO, tendo atuação expressiva com um número de 74 mil professores e 2 milhões de alunos, atuando em mais de 1000 municípios e vendendo diversos serviços para diversas secretarias municipais de educação, como: tecnologias educacionais; assessorias educacionais e pedagógicas; materiais didáticos; consultorias na área de evasão, repetências e avaliação, etc (CORMELLATO; CAETANO, 2013).

---

<sup>1</sup> Este ano foi firmado convênio entre o Estado de Goiás e o Instituto Ayrton Senna, que atenderá 137 escolas de ensino médio, juntamente com a empresa de consultoria 3 Gen, para vender tecnologias relacionadas a competências emocionais.

**XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO**  
**I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO**  
**CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS**

Segundo dados, esta organização captou cerca de 18 milhões de reais de recursos federais em 2009, via Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). A linguagem educacional que visam transmitir é totalmente mercadológica, gerencial e o problema da educação está apenas relacionado a determinadas metodologias que eles têm condições de vender, se apresentam como uma instituição salvacionista que ao vender seus produtos, tem antídotos (IAS, 2017) para educação. Esta instituição tem influenciado amplamente as políticas públicas (CORMELLATO, CAETANO; 2013).

Neste contexto, pontuamos que o privado passa a ser entendido como o modelo ideal de gestão do público, transmitindo princípios de excelência e eficiência. Os problemas educativos, desta maneira, podem ser resolvidos por meio da compra de pacotes de políticas (GRIMM *et. al*, 2016, p. 1).

Este aspecto pode ser evidenciado em uma ampla variedade de documentos elaborados pelo IAS. No documento “Aplicação de Políticas Públicas”, formulado pelo EduLab, por exemplo, afirmam serem eles portadores de uma “missão”, se qualificando como uma instituição com capacidades técnicas e científicas para dar suportes aos gestores públicos que se interessam em formular políticas voltadas as competências socioemocionais.

**Entendemos que o gestor da educação possui desafios de naturezas múltiplas, sejam elas técnicas, políticas, operacionais ou financeiras. Nós convidamos o gestor a fazer um passeio pelo mundo da ciência e da evidência. Buscamos organizar o conhecimento disponível, respeitando a conexão necessária entre os objetivos da política educacional e as práticas em sala de aula, e ajudamos a traduzi-lo, de modo a apoiar a formulação, implementação e avaliação de políticas com base em evidência** (IAS, 2017, p. 1, grifos nossos).

Neste sentido, diversas instituições, com destaque para o IAS, vem difundindo a perspectiva de que por meio de modelos padronizados de gestão, de material didático, de sistemas de controle tecnológicos, tem condições de melhorar a qualidade da educação, sendo eles, um dos responsáveis, pelo direcionamento da política educacional na atualidade.

**XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO**  
**I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO**  
**CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS**  
**Conclusões**

Procuramos alertar neste trabalho que nesta dinâmica mercadológica, tudo se transforma, o livro didático, o perfil do gestor, os métodos de ensino, de avaliação, ou seja, a filosofia da escola se altera, os valores, princípios, as temáticas que tem mais ou menor valor (LAVAL, 2004). Devemos considerar que neste modelo privado o que fica para as escolas públicas é uma educação que atende a um padrão normativo de comportamento, por outro lado, um gasto que não se materializa enquanto qualidade para a educação.

De acordo com Peroni e Caetano (2015), este modelo de fazer política em sintonia com a perspectiva do *Public Choice*, expressa um movimento muito perigoso que coloca em risco a democracia, porque a atuação da sociedade nas questões públicas é considerada desnecessária. Este movimento de vertente neoliberal conservadora, acredita que as massas se apropriam do Estado (MORAES, 2001), impondo seus interesses, por isso questionam o direito a participação social e até mesmo ao voto. No entanto, intensificam sua participação na formulação e implementação da política para materializar seus interesses classistas, em favor do lucro por meio da educação.

No caso as classes populares, são levadas apenas a participar no interior das escolas, na realização de pequenos trabalhos voluntários, mas sem uma atuação efetivamente crítica para cobrar a responsabilidade do Estado para educação pública. A filantropia reforça este aspecto, enquanto ficam com as orientações, direcionamentos e com os recursos públicos.

### **Agradecimentos**

Agradecemos ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais e Gestão (GEPPGE) da Universidade Estadual de Maringá (UEM), especialmente, à orientadora do grupo Elma Júlia Gonçalves de Carvalho.

### **Referências**

**XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO**  
**I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO**

**CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS**

BARROSO, João. Autonomia das escolas: entre o público e o privado. In: PERONI, Vera Maria Vidal. (Org.). **Redefinições das fronteiras entre o público e o privado: implicações para a democratização da educação**. Brasília: Liber Livro, 2013. p. 48-57.

BELLONI, Isaura.; MAGALHÃES, Heitor de.; SOUZA, Luzia Costa de. **Metodologia de avaliação em política públicas: uma experiência em educação profissional**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

BRASIL. Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado (MARE). Câmara de Reforma do Estado. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília, DF, 1995.

BRASIL. **Lei n.º 11.079, de 30 de dezembro de 2004** – Normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. Brasília: Casa Civil, 2004.

BRENNER, R. O boom e a bolha: os EUA na economia mundial. In: SANDER, E. (Org.). **Contragolpes**. São Paulo: Boitempo, 2008. p. 22-45.

CARVALHO, Elma Júlia Gonçalves de. A Educação Básica brasileira e as novas relações entre o Estado e os empresários. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 21, p. 525-541, jul./dez. 2017. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>. Acesso: 10 abr. 2018.

COMERLATTO, Luciani Paz.; CAETANO, Maria Raquel. As parcerias público-privadas na educação brasileira e as decorrências na gestão da educação: o caso do Instituto Ayrton Senna (IAS). In: PERONI, Vera M. V. **Redefinições das fronteiras entre o público e o privado: implicações para a democratização da educação**. Brasília: Liber Livro, p. 245- 265, 2013.

EVANGELISTA, Olinda. **Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional**. s/d. Disponível em: <[http://moodle3.nead.uem.br/pluginfile.php/30539/mod\\_resource/content/1/Olinda%20Evangelista%20-%20Apontamentos.pdf](http://moodle3.nead.uem.br/pluginfile.php/30539/mod_resource/content/1/Olinda%20Evangelista%20-%20Apontamentos.pdf)>. Acesso em: 23 set. 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GRIMM, Viviane.; SOSSAI, Fernando Cesar.; SEGABINAZZI, Marília. Globalização, Redes Políticas e Neoliberalismo: as contribuições de Stephen Ball para pensar sobre políticas educacionais na atualidade. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, p. 850-854, v. 11, n.º 3, set./dez. 2016 Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>>. Acesso em: 06 de fev. 2019.

GOUVEIA, Aparecida Joly. Notas a respeito das diferentes propostas metodológicas apresentadas. **Cadernos de Pesquisa**, n. 49, mai. 1984. p. 67-70.



**XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO**  
**I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO**  
**CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS**  
HARVEY, David. **O NEOLIBERALISMO: histórias e implicações**. 4<sup>a</sup> ed. São Paulo: Editora Loyola, 2013.

INSTITUTO AYRTON SENNA. **Carta de apresentação- eduLab21: Aplicação em Políticas Públicas**, 2017. Disponível em: <<https://institutoayrtonsenna.org.br/content/dam/institutoayrton> > . Acesso em: 22 abr. 19.

INSTITUTO AYRTON SENNA. **Programa Gestão Nota 10**. 2014. Disponível em: < <https://institutoayrtonsenna.org.br/content/institutoayrtonsenna/pt-br/Atuacao/gestao-nota-10.html>. Acesso em: 15 set. 2019.

LAVAL, Christian. **A Escola não é uma empresa: o neo-liberalismo em ataque ao ensino público**. Londrina: Editora Planta, 2004.

LÜDKE, Menga.; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MCNALLY, J. Língua, história e luta de classe. In: WOOD, E. M.; FOSTER, J. B. **Em defesa da história: Marxismo e pós-modernismo**. RJ: Jorge Zahar Ed., 1999.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. Tradução Paulo César Castanheira; Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2003.

MORAES, Reginaldo. **Neoliberalismo - de onde vem, para onde vai?** São Paulo: Senac, 2001.

PARRODE, Alexandre. **Governo de Goiás e Instituto Ayrton Senna firmam parceria para educação**. 2017. Disponível em: <<https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/governo-de-goias-e-instituto-ayrton-senna-firmam-parceria-para-educacao-103373/>>. Acesso em: 11 set. de 2019.

PERONI, Vera M. V. A gestão democrática da educação em tempos de parceria entre o público e o privado. **Pro-Posições**, Campinas, v. 23, n. 2 (68), p. 19-31, maio/ago. 2012.

PERONI, Vera Maria Vidal. A privatização do público: implicações para a democratização da educação. PERONI, Vera Maria Vidal. (Org.). **Redefinições das fronteiras entre o público e o privado: implicações para a democratização da educação**. Brasília: Liber Livro, 2013. p.9-32.

PERONI, Vera Maria V.; CAETANO, Maria Raquel. **O público e o privado na educação Projetos em disputa?** Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 9, n. 17, p. 337-352, jul./dez. 2015. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>> Acesso em: 15/05/19.